

→ **continuação**

(Termos de Acordo de Regime Especial) publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul. O benefício concedido trata-se de um acordo bilateral entre o Estado do Mato Grosso do Sul e a Companhia e, por isso, ambas partes possuem ciência dos deveres e direitos para manutenção do acordo. Em 2012, o Estado de Mato Grosso do Sul sancionou a Lei 4.285, que prorroga até 2028 os benefícios e incentivo fiscal de ICMS concedidos às indústrias instaladas no Estado. Em 07/08/2017, foi publicada a Lei Complementar 160, que dispõe sobre o Convênio 190 publicado em 18/12/2017, que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal e a reinstalação das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. De acordo com a Cláusula oitava do Convênio 190/17, ficam remetidos e anistados os créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes dos benefícios fiscais instituídos, por legislação estadual em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal. De acordo com a Cláusula décima, inciso I do mesmo convênio, as unidades federadas que editaram os atos e que atender as exigências previstas neste convênio, ficam autorizadas a prorrogar até 2032 os benefícios fiscais, nos termos dos atos vigentes na data da publicação da ratificação nacional deste convênio. A Companhia cumpre todas as exigências estabelecidas pela Lei Complementar 160/2017, desta forma, a administração entende, no melhor de seu conhecimento, não haver nenhum fato que possa comprometer a prorrogação da fruição dos seus benefícios garantidos por força da constituição federal, bem como, prorrogados até 2032 (a formalização ocorrerá durante o exercício de 2018). **32 Planos de remuneração em opções de ações e ações restritas:** Refere-se ao plano de remuneração com base em ações da Adecoagro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Adecoagro Brasil Participações S.A.

S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos da Companhia e suas subsidiárias, e que constituem obrigação com a sociedade controladora Adecoagro S.A.. Em 1º/01/2014, a Adecoagro Brasil Participações S.A. firmou um contrato com a Adecoagro S.A. (controladora de todo o Grupo, e com capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque), para ressarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do grupo no Brasil. Em 1º/01/2016, a Adecoagro Brasil Participações S.A., firmou um contrato com as suas subsidiárias: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., Usina Monte Alegre Ltda. e Adecoagro Commodities Ltda., com anuidade da Adecoagro S.A. **32.1 Plano de opções de ações (Stock options):** O plano *Stock options* é oferecido para diretores e para determinado grupo de empregados e assegura o direito de aquisição ou subscrição de ações da Adecoagro S.A. (holding do Grupo) por um preço determinado na outorga. As opções outorgadas conferirão aos titulares o direito de subcrever ações do capital social da holding do Grupo, como segue: (i) The Adecoagro/ IFH 2004 Stock Incentive Option Plan - trinta e três por cento (33%) após um ano da data da oferta; trinta e três por cento (33%) após o segundo ano da oferta, e os demais trinta e quatro por cento (34%) após o terceiro ano da oferta; (ii) The Adecoagro/ IFH 2007/2008 Equity Incentive Plan - vinte e cinco por cento (25%) após um ano da data da oferta; vinte e cinco por cento (25%) após o segundo ano da oferta; vinte e cinco por cento (25%) no terceiro ano, e os demais vinte e cinco por cento (25%) após o terceiro ano da oferta. Esse plano estabelece condições para o exercício dessas opções, como o prazo mínimo para o exercício de dez anos, a não vinculação do benefício a métricas de desempenho, e o término do vínculo empregatício por razão de morte ou demissão por justa causa. A variação do número de opções de ações em aberto do Grupo Adecoagro Brasil e seus respectivos preços médios podem ser apresentados a seguir:

	The Adecoagro/ IFH 2004 Stock Incentive Option Plan		The Adecoagro/ IFH 2007/ 2008 Equity Incentive Plan	
	Quantidade de opções (milhares)	Preço médio ponderado de exercício por ação (em US\$)	Quantidade de opções (milhares)	Preço médio ponderado de exercício por ação (em US\$)
Saldo de opções liberadas (vesting) -UMA	420	6,89	648	13,05
Saldo de opções liberadas (vesting) - AVI	39	6,68	72	13,19
Em 31/12/2016	460		720	
Saldo de opções liberadas (vesting) -UMA	420	6,89	648	13,05
Saldo de opções liberadas (vesting) - AVI	39	6,68	72	13,19
Em 31/12/2017	460		720	

32.1.2 Plano de ações restritas (Restricted shares): O plano *Restricted shares* consiste na concessão de ações restritas a determinados funcionários do Grupo. Esse plano é administrado pelo Comitê de remuneração do Grupo e está em vigor desde o exercício de 2010. As ações concedidas a cada ano serão outorgadas aos beneficiários em quotas iguais, durante o período de três anos (33% por ano, na data definida para outorga), desde que o beneficiário continue prestando serviço às empresas do Grupo. O beneficiário perde o direito do benefício não outorgado em caso de extinção do vínculo com o Grupo antes da data definida para a outorga das ações. Em 1º/01/2014, a Adecoagro Brasil Participações S.A. firmou um contrato com a Adecoagro S.A. (controladora de todo o Grupo, e com capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque), para ressarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do grupo no Brasil. Em 1º/01/2016, a Adecoagro Brasil Participações S.A., firmou um contrato com as suas subsidiárias: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., Usina Monte Alegre Ltda., Adecoagro Commodities Ltda e Adeco Agropecuária Brasil Ltda., com anuidade da Adecoagro S.A., mediante o qual as subsidiárias integralizam o capital com os valores transferidos definitivamente aos beneficiários das ações ("Vesting") a partir do corrente ano, sendo registrado em 2017 o valor

de R\$ 4.247 (2016 - R\$ 4.302) e posteriormente utilizado para aumento de capital em favor das sociedades controladoras até a Companhia, que é contratualmente responsável por reembolsar Adecoagro S.A.. No momento em que as ações restritas ("Restricted Shares") concedidas são liberadas ao titular ("Vesting"), a Companhia efetua o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. Cada ação concedida equivale a uma ação ordinária e o valor do benefício concedido é mensurado ao valor justo na data de apresentação das demonstrações financeiras das suas controladas. A Companhia integralizou o capital das controladas com os valores transferidos definitivamente aos beneficiários das ações ("Vesting") a partir do corrente ano, sendo registrado em 2017 o valor de R\$ 4.543 (2016 - R\$ 11.029) e posteriormente autorizou a utilizar o recurso para aumento de capital em favor de suas controladas. No momento em que as ações restritas ("Restricted Shares") concedidas são liberadas ao titular ("Vesting"), as controladas efetuarão o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas dos seus respectivos colaboradores. Em 31/12/2016, as controladas da Companhia registraram o saldo de ações outorgadas que ainda estão pendentes de *vesting*, registradas a valor de mercado no montante de R\$9.730. O número de ações correspondentes ao benefício concedido é como segue:

	Consolidado	
	Quantidade de ações restritas (em US\$)	Preço de mercado por ação (em milhares de reais)
Em 1º/12/2017	287.613	10,38
Movimentação de outorgas no período	121.477	4,430
Vestidas no período	(127.928)	11,28
Saldo de ações outorgadas não vestidas		
Plano 2010 - Outorga em 2015	60.749	10,34
Plano 2010 - Outorga em 2016	83.753	10,34
Plano 2010 - Outorga em 2017	136.660	10,34
Em 31/12/2017	281.163	9,617
Movimentação de outorgas no período	400.550	14,304
Vestidas no período	(112.936)	11,47
Saldo de ações outorgadas não vestidas		
Plano 2010 - Outorga em 2014	42.897	10,38
Plano 2010 - Outorga em 2015	119.712	10,38
Plano 2010 - Outorga em 2016	125.005	10,38
Em 31/12/2016	287.614	9,228

33 Cobertura de seguros (Consolidado): A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2017, os riscos cobertos e montantes das coberturas são resumidos como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Consolidado
		Montante máximo da cobertura
Edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e outros	1.355.000
Estoques de produtos acabados	Riscos diversos	454.180
Máquinas e equipamentos agrícolas	Incêndio, raio, explosão e impropriedade. Roubo, furto, danos elétricos e responsabilidade civil	113.625
Veículos	Casco	Mercado
Lucros cessantes	Riscos diversos	686.000

O valor da cobertura de seguros para os estoques de produtos acabados é variável, conforme as quantidades de produtos em estoque. As lavouras de grãos, café e cana-de-açúcar não são cobertas por seguros, mas as controladas adotam medidas preventivas como, por exemplo, brigada de incêndio.

34 Eventos subsequentes: No dia 11/01/2018, a Controlada Adeco Agropecuária Brasil Ltda contratou uma Cédula de Crédito Bancário - CCB - com o Banco Santander Brasil S.A., no valor de R\$ 3.000 com vencimento 28/06/2018, a uma taxa de juros de 7,5% a.a., a finalidade desta linha é para custeio agrícola de soja. No dia 02/03/2018, a Controlada Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., integralizou o montante de R\$ 3.000 na sua investida Adecoagro Energia Ltda., mediante a emissão de 3.000.000 de novas quotas, com valor nominal de 1,00 cada.

Diretoria	
Leonardo Raul Berridi - Administrador	
Nicolas Martin Schaeffer - Administrador	
Barbara Noemi Sayago - Controller	
Contador	
Fernando Figueiredo - CRC 1SP-167985/O-7	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Adecoagro Brasil Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Adecoagro Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adecoagro Brasil Participações S.A. e da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a

auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28/03/2018

pwc	Rodrigo de Camargo
PricewaterhouseCoopers	Contador - CRC 1SP219767/O-1
Audidores Independentes	
CRC 2SP000160/O-5	

Agropecuária Santa Maria do Guataporanga S.A.

C.N.P.J. 50.612.704/0001-93

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e demais demonstrativos referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017. Estamos à disposição de V.Sas., na Sede Social para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 27 de Fevereiro de 2018.

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017			Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Ativo	2017/R\$	2016/R\$	2017/R\$	2016/R\$
Circulante	6.554.843,75	7.399.195,75		
Bancos com Movimento	697,91	63,35	1- Saldo no Início do Exercício	-
Aplicações Financeiras	-	297.254,89	2- Lucro Líquido do Exercício	(751.868,57)
Clientes	196.819,81	55.535,73	3- Prejuízos Acumulados	751.868,57
Estoques	5.945.669,00	6.635.785,00	4- Saldo no Fim do Exercício	-
Imoveis a Venda	396.113,11	396.113,11		
Adiantamento a Empregados e Representantes	15.543,92	14.443,67	Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Não Circulante	8.507.261,76	8.825.138,12	Fluxo de Caixa das atividades operacionais	2017/R\$
Realizável a Longo Prazo			Lucro Líquido do exercício	(751.868,57)
Depósitos e Cauções	53.411,73	8.783,06	Ajuste por:	
Investimentos			Depreciações e Amortizações	361.146,86
Investimentos para Iniciativa Propria	2.559.753,39	2.559.753,39	Lucro Líquido Ajustado	(390.721,71)
Imobilizado			Redução (Aumento) das contas do ativo	
Valores de Custo e Correção Monetária	8.459.727,43	8.461.085,60	Clientes	(141.284,08)
(-) Depreciações Acumuladas	(2.566.207,95)	(2.214.033,52)	Estoques	690.116,00
Intangível			Outros ativos	(45.728,92)
Programas de CPD	50.242,89	50.242,89	Aumento (Redução) das contas do passivo	
(-) Amortizações sobre Programas de CPD	(49.665,73)	(40.693,30)	Fornecedores	1.919,46
Total do Ativo	15.062.105,51	16.224.333,87	Obrigações Trabalhistas e Sociais	(71.794,78)
			Obrigações Tributárias	(2.012,00)
			Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.226,00)
			Outros Passivos	-
			Fluxo de Caixa atividades operacionais	38.267,97
			Fluxo de caixa atividades de investimentos	
			Aquisição de Imobilizado	1.358,17
			Fluxo de caixa atividades de investimentos	1.358,17
			Fluxo de caixa atividades de financiamentos	
			Aumento (Redução) de Empréstimos e Financiamentos	(336.246,47)
			Fluxo de caixa atividades Financiamentos	(336.246,47)
			Fluxo de caixa do exercício	(296.620,33)
			Saldo no início do exercício	297.318,24
			Saldo no final do exercício	697,91
			Fluxo de caixa do exercício	(296.620,33)
				57.404,94

Notas Explicativas

1- As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6404/76, estando o plano de contas adequado a Lei 11638/2007 e 11941/2009. 2- As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. 3- Os estoques foram avaliados ao valor de mercado. 4- As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método linear as taxas permitidas pela legislação tributária. 5- O capital social e de R\$ 13.005.197,00 totalmente integralizado e representado por 9.369.956.888 ações ordinárias sem valor nominal. 6- O Imposto de Renda e Contribuição Social são apurados com base no lucro presumido.

A Diretoria Flávio de Bernardi - TC CRC 1SP040977/O-3